

RECOMENDAÇÃO CONAREX Nº ___, DE 17 DE JULHO DE 2026

Brasília, 17 de julho de 2026

A **Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CONAREX)**, reunida em 17 de julho de 2026, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no uso de suas atribuições regimentais e considerando a necessidade de ampliação do acesso às políticas de crédito e financiamento pelos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), por unanimidade,

RECOMENDA:

Aos Ministérios da Fazenda; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); do Planejamento e Orçamento; da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); do Trabalho e Emprego (MTE); e à Secretaria-Geral da Presidência da República, que promovam estudos, articulações institucionais e medidas necessárias para a:

1. Criação de agente financeiro especializado

Instituir ou estruturar agente financeiro que atenda às especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), considerando suas formas próprias de organização social, territorialidade, produção e geração de renda, com vistas a:

- I – ampliar o acesso ao crédito produtivo e às linhas de financiamento públicas;
- II – desenvolver instrumentos financeiros adequados às realidades socioculturais e econômicas dos PCTs;
- III – simplificar procedimentos de acesso ao crédito, reduzindo barreiras burocráticas e documentais;
- IV – garantir atendimento diferenciado e assistência técnica especializada para a elaboração, acompanhamento e execução de projetos financiados;
- V – promover condições de financiamento compatíveis com iniciativas voltadas à conservação ambiental, ao uso sustentável dos recursos naturais, à segurança alimentar e nutricional, ao extrativismo sustentável, à agroecologia, ao artesanato e às demais atividades econômicas desenvolvidas pelos PCTs.

A CONAREX ressalta que a adoção de mecanismos financeiros adequados constitui medida estratégica para a promoção da inclusão produtiva, da autonomia econômica e da garantia dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução das desigualdades sociais e territoriais.

Brasília, 17 de julho de 2026.

Plenário da CONAREX